

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
CAMPUS LARANJAL DO JARI
CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO AMBIENTAL

BEATRIZ BATISTA DOS SANTOS

**AGENDA AMBIENTAL NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (A3P): uma análise da
sua aplicabilidade no Instituto Federal do Amapá, Campus Laranjal do Jari**

LARANJAL DO JARI

2023

BEATRIZ BATISTA DOS SANTOS

AGENDA AMBIENTAL NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (A3P): uma análise da sua aplicabilidade no Instituto Federal do Amapá, Campus Laranjal do Jari

Trabalho de Conclusão de curso apresentado como requisito para obtenção do título de Tecnólogo em Gestão Ambiental, do curso superior em Gestão Ambiental do Instituto Federal do Amapá, Campus Laranjal do Jari.

Orientador: Msc. Raimundo de Moura Rolim Neto

LARANJAL DO JARI

2023


Biblioteca Institucional - IFAP
Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

- S237a Santos, Beatriz Batista
AGENDA AMBIENTAL NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (A3P): uma análise da sua aplicabilidade no Instituto Federal do Amapá, Campus Laranjal do Jari / Beatriz Batista Santos - Laranjal do Jari, 2023.
49 f.
- Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) -- Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá, Campus Laranjal do Jari, Curso de Licenciatura em Formação Pedagógica (EaD), 2023.
- Orientador: Raimundo Rolim Neto.
1. Administração pública. 2. Gestão Ambiental. 3. Agenda ambiental A3P. I. Neto, Raimundo Rolim, orient. II. Título.
-


Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica do IFAP
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

BEATRIZ BATISTA DOS SANTOS


BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
 **RAIMUNDO DE MOURA ROLIM NETO**
Data: 24/01/2024 14:22:04-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Msc. Raimundo de Moura Rolim Neto
Orientador - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá, Cam-
pus Laranjal do Jari

Documento assinado digitalmente
 **NAYANE SILVA DOS SANTOS**
Data: 23/01/2024 22:07:58-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Esp. Nayane Silva dos Santos
Membro da banca examinadora

Documento assinado digitalmente
 **WANDERSON MICHEL DE FARIAS PANTOJA**
Data: 23/01/2024 21:41:19-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Wanderson Michel de Farias Pantoja
Membro da banca examinadora - Instituto Federal de Educação, Ciência e
Tecnologia do Amapá, Campus Laranjal do Jari

Data de aprovação: Laranjal do Jari/AP, 14 /12 /2023

RESUMO

Este trabalho teve como objetivo mostrar a importância da Agenda Ambiental na Administração Pública – A3P no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá, campus Laranjal do Jari- AP. Esse programa tem por objetivo estimular os gestores públicos a incorporar princípios e critérios de gestão socioambiental em suas atividades rotineiras. A A3P tem como foco principal a mudança de comportamento, e a redução de gastos na instituição é consequência da implementação de uma gestão socioambiental eficiente. Este estudo se configurou como uma pesquisa, qualitativa, exploratória e explicativa, foi desenvolvido o levantamento de informações através de uma entrevista, com o servidor do departamento administrativo e aplicação de um formulário, estruturado com 31 questões objetivas, de múltipla escolha, com opções de (sim, não, não sei e não se aplica) e 1 questão discursiva, para servidores docentes, discentes e servidores técnicos administrativos abordando a opinião e a percepção sobre o programa da A3P, seus eixos principais, ações sustentáveis e como o campus vem desempenhando seu regimento institucional de gestão ambiental. Os resultados apresentaram que o Instituto desenvolve muitas ações no eixo de uso racional dos recursos naturais, eixo gestão adequada dos resíduos gerados, se destaca no eixo qualidade de vida no ambiente de trabalho, eixo sensibilização e capacitação dos servidores, também atuando na conscientização da comunidade no entorno do campus, quanto a conservação, recuperação e melhoria do meio ambiente e no eixo licitações sustentáveis, sempre está buscando novas formas e práticas para melhorar o desempenho da instituição nesse aspecto tão importante para o meio ambiente.

Palavras-chave: Ações sustentáveis. Agenda ambiental. Gestão socioambiental.

ABSTRACT

This work aimed to show the importance of the Environmental Agenda in Public Administration – A3P at the federal institute of education, science and technology of Amapá, Laranjal do Jari campus – AP. This program aims to encourage public managers to incorporate socio-environmental management principles and criteria into their routine activities. A3P's focus is changing behavior, and the reduction in expenses at the institution is a consequence of the implementation of efficient socio-environmental management. This study is configured as a qualitative, exploratory and explanatory research, gathering information through an interview with a server from the administrative department and application of a form, structured with 31 objective questions, multiple choice, with options of (yes, no, I don't know and does not apply) and 1 discursive question, for teaching staff, students and administrative technical staff addressing their opinion and perception about the A3P program, its main axes, sustainable actions and how the campus has been carrying out its institutional environmental management regiment. The results showed that the Institute develops many actions in the area of rational use of natural resources, in the area of adequate management of waste generated, stands out in the area of quality of life in the work environment, in the area of awareness and training of employees, also working to raise awareness among the community around the campus regarding the conservation, recovery and improvement of the environment and in the area of sustainable bidding, it is always looking for new ways and practices to improve the institution's performance in this aspect that is so important for the environment.

Keywords: Sustainable actions. Environmental agenda. Socio-environmental management.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	3
2 JUSTIFICATIVA.....	6
3 OBJETIVOS.....	7
3.1 Objetivo geral.....	7
3.2 Objetivos específicos.....	7
4 REFERENCIAL TEÓRICO	8
4.1 A trajetória da Sustentabilidade nas Organizações	8
4.2 A agenda ambiental na administração pública.....	12
4.3 Passo a passo para implantar a A3P	19
5 METODOLOGIA	24
5.1 Área em estudo.....	24
5.2 Coleta de dados	25
6 RESULTADOS E DISCUSSÃO	26
6.1 Diagnóstico da situação socioambiental da instituição.....	26
7 CONCLUSÃO	34
REFERÊNCIAS	

1 INTRODUÇÃO

Com o passar dos anos ficou evidente a necessidade de ampliar os debates acerca da temática ambiental, em especial pela degradação ambiental que vem sendo ocasionada devido a padrão de consumo exacerbado dos recursos naturais da sociedade e como tal fato impacta diretamente na qualidade ambiental dos ecossistemas, podendo ser visto ainda como um problema de saúde ambiental.

Com base nas perspectivas de uma população mundial crescente, desenvolvimento global e aumento do uso de recursos associados aos impactos ambientais, torna-se cada vez mais evidente que modelos de negócios tradicionais não são opção para um futuro sustentável. No entanto, existem muitas dificuldades na aplicação destes modelos, que exigem uma convergência entre os pilares do desenvolvimento econômico, equidade social e proteção ambiental.

Considerando isso, as conceituações de sustentabilidade e desenvolvimento sustentável foram surgindo e sendo cada vez mais discutidas no decorrer dos últimos anos. O termo sustentabilidade representa o equilíbrio entre o consumo de um recurso e o ambiente que o sustenta, sem que haja grandes impactos ambientais.

A maioria dos parâmetros pertencentes aos primeiros conceitos de sustentabilidade já não condiz com a realidade atual e decorre por mudanças influenciadas por novos conceitos e experiências que abordam problemáticas atuais como pobreza, efeito estufa, destruição da camada de ozônio, entre outros.

Segundo a Organização das Nações Unidas (ONU), em 1962, o livro *Silent Spring* de Rachel Carson, foi considerado um grande marco para o desenvolvimento do conceito de sustentabilidade por ter sido um dos primeiros estudos sobre questões ambientais, adiante, em 1992, foi realizada a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, no Rio de Janeiro, ficando popularmente conhecida como Rio-92, e teve como um dos principais instrumentos estabelecido: a Agenda 21. Um documento, em que, os governos instituíram compromissos e metas com a finalidade de potencializar a sua contribuição para o desenvolvimento sustentável, através da descrição de ações concretas a serem cumpridas.

Neste panorama é imprescindível que o Estado possua um lugar de destaque durante as discussões ambientais, principalmente pelo seu papel de promover a

criação de leis, normas e decretos que vão em defesa do meio ambiente e que estejam comprometidos com a busca pela sustentabilidade e das boas práticas socioambientais. Na situação atual, é perceptível a preocupação com a criação de leis que assegurem uma sadia qualidade ambiental, como a criação da Política Nacional de Meio Ambiente, Código Florestal e demais instrumentos legais que visam o uso consciente dos recursos naturais.

Nesse contexto, surge a iniciativa da agenda ambiental na administração pública A3P. Em 1999, o Ministério do Meio Ambiente (MMA) lançou a A3P, um programa de adesão totalmente voluntária que busca incentivar órgãos e instituições de esfera federal, estadual e municipal a adotarem práticas mais sustentáveis em suas atividades.

Observa-se ainda que a adoção da A3P permite com que a organização se reinvente, em especial pelas modificações e melhorias em sua estrutura organizacional. A Agenda é fundamentada a partir da política dos 5R's: Repensar, Reduzir, Reaproveitar, Reciclar e Recusar, através da estruturação em 6 eixos temáticos, são eles: Qualidade de vida no ambiente de trabalho, Sensibilização dos servidores para a sustentabilidade, Uso dos recursos naturais, Compras públicas Sustentáveis, Construções Sustentáveis e Gestão de resíduos sólidos.

Sendo o primeiro eixo o uso racional dos recursos naturais e bens públicos que tem o objetivo de implementar hábitos sustentáveis e reduzir o consumo dos recursos como energia, água, descartáveis, entre outros; O segundo eixo é a Gestão adequada dos resíduos gerados que tem o intuito de reduzir a quantidade de resíduos gerados pelo órgão com base no estabelecido na Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS); O eixo de Qualidade de vida no ambiente de trabalho diz respeito sobre a satisfação do trabalhador ao desempenhar suas atividades e melhorando as condições do ambiente de trabalho, para que o servidor se sinta cada vez mais envolvido com o trabalho de forma a melhorar sua produtividade;

O quarto eixo sobre Compras públicas sustentáveis determina a adoção de compras e licitações que gerem benefícios econômicos e socioambientais, levando em consideração aspectos como a eficiência, inovação, custos ao longo do ciclo de vida do produto, entre outros; O eixo de Construções Sustentáveis visa à adoção de medidas que minimizem os impactos negativos que uma obra ou manutenção possa gerar ao meio ambiente, englobando desde o tipo de material que será utilizado à tempo de vida útil da obra; Por último, o eixo de Sensibilização e capacitação dos

servidores tem como objetivo a implementação das mudanças de hábitos e comportamento dos servidores através da conscientização por meio da realização de campanhas, palestras e capacitações que gerem uma responsabilidade socioambiental entre os gestores e servidores.

2 JUSTIFICATIVA

A pesquisa atual se justifica devido ao aumento dos impactos ambientais decorrentes da interferência humana no meio ambiente, em conjunto com o debate sobre o desenvolvimento sustentável. O setor público é um importante consumidor de recursos naturais e, por essa razão, precisa adotar ações sustentáveis em suas atividades cotidianas, com o objetivo de mitigar os danos causados à natureza.

Na comunidade científica é recorrente e evidente a necessidade de elaborar estratégias que permitam a tomada de decisões eficientes no que tange os problemas ambientais da sociedade. Alguns estudos mostram como o consumismo tem afetado o equilíbrio dos ecossistemas, provocando danos graves ao meio ambiente, principalmente no que diz respeito a geração de resíduos e os desperdícios dos recursos naturais, como a água (MARTINS et al., 2014). Uma das principais ferramentas utilizadas dentro das instituições para o alcance da sustentabilidade ambiental é a agenda ambiental da administração pública, tendo em vista as práticas sustentáveis que tal mecanismo oferece para a organização.

Dessa forma, o propósito do presente trabalho é realizar um estudo de caso, para analisar o processo vigente de implementação da Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) no INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ, campus Laranjal do Jari, de forma complementar com o atual modelo organizacional usado pela instituição, para que os resultados obtidos, possam contribuir para a adesão da A3P e evidenciar o quanto é importante a adesão desse programa em outros órgãos do município e do estado do Amapá.

3 OBJETIVOS

3.1 Objetivo geral

Analisar o potencial de aplicabilidade da Agenda Ambiental na Administração Pública – A3P no Instituto federal do Amapá, campus Laranjal do Jari- AP.

3.2 Objetivos específicos

- Contextualizar quais são as ações de sustentabilidade ambiental no IFAP, campus Laranjal do Jari;
- Identificar a percepção dos servidores em relação ao desempenho socioambiental nas atividades do campus;
- Identificar as estruturas organizacionais responsável em criar diretrizes e implementar política de sustentabilidade na instituição;
- Apresentar sugestões e instrumentos para implementar a A3P;

4 REFERENCIAL TEÓRICO

4.1 A trajetória da Sustentabilidade nas Organizações

A batalha pela preservação do meio ambiente não é recente. Desde 1960, vários governos e instituições ao redor do mundo têm se empenhado em enfrentar o desafio de criar um sistema econômico que esteja em harmonia com o meio ambiente e com a sociedade. Até a década de 1990, grande parte desses esforços consistia em gerenciar as supostas relações entre esses dois sistemas. A partir da década de 1990, observou-se um aumento no interesse pela pesquisa nessa temática, e a literatura tem se expandido, abordando a validação do potencial de benefícios que surgem da interseção das questões ambientais e econômicas. (FIORINO, 2010)

A preocupação da comunidade internacional com os limites do desenvolvimento do planeta data desta época, quando começaram as discussões sobre os riscos da degradação do meio ambiente. Tais discussões ganharam tanta intensidade que levaram a Organização das Nações Unidas-ONU a promover uma Conferência sobre o Meio Ambiente em Estocolmo em 1972 (RATTNER E VEIGA, 2002).

Segundo o Ministério do Meio Ambiente (2009), a Conferência de Estocolmo foi um evento crucial que elevou a preocupação com questões ambientais a um nível mais elevado, tornando-se parte integrante das políticas adotadas tanto pelos países mais desenvolvidos como pelos países em processo de desenvolvimento.

O Brasil também teve um papel de destaque dentro da luta pelo meio ambiente, com a realização da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, no Rio de Janeiro, 1992, sendo conhecida como Rio-92. Essa conferência trouxe alguns mecanismos em defesa do meio ambiente como a Agenda 21, que buscava ampliar o debate da temática ambiental para as escolas por meio de fomento à educação, assim como mostrava a urgência de capacitação e conscientização para a sustentabilidade e o desenvolvimento sustentável (BRASIL, 2015).

Os debates visando às problemáticas ambientais foram se intensificando no decorrer dos anos, principalmente no intuito de alcançar as práticas de desenvolvimento sustentável abordados na Conferência da Cúpula Mundial para o

Desenvolvimento Sustentável, denominada Rio+10. Esse evento tinha como foco principal mostrar os resultados alcançados pelos países que adotaram a Agenda 21 (BRASIL, 2015).

Outro evento ambiental foi realizado na cidade do Rio de Janeiro, conhecido como Rio+20, tendo em visto seu acontecimento ser após 20 anos da primeira conferência na cidade. Assim como a primeira a Rio+20, buscava dialogar com os países desenvolvidos e em desenvolvimento sobre a relevância de adotar os aspectos da Agenda 21 para o desenvolvimento sustentável e para a sustentabilidade ambiental, como uma forma de proteger o meio ambiente para as futuras gerações (BARATA et al., 2015).

Diante dessa situação, a agenda 2030 foi concebida a partir da experiência adquirida com os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), que estiveram em vigor de 2000 a 2015. A nova agenda avança em várias direções, inclusive no que diz respeito ao número de objetivos propostos e à diversidade de áreas temáticas tratadas. Os objetivos e metas são mais ambiciosos e arrojados do que os anteriores, além de estarem interligados, devendo ser alcançados até o ano de 2030 (ONU, 2018).

A Agenda 2030 é um compromisso assumido por todos os países que participaram da Cúpula das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável em 2015 - os 193 Estados-membros da ONU, incluindo o Brasil. Desde então, ela se tornou a principal referência na concepção e execução de políticas públicas para governos ao redor do mundo.

Trata-se de um conjunto de metas, princípios orientadores e perspectivas estabelecidos pela ONU, com o objetivo de alcançarmos uma vida digna e de qualidade para todos os seres humanos do planeta, sem prejudicar o meio ambiente e, por consequência, as gerações futuras, a agenda se divide em 17 eixos de ação.

São eles:

1. Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares
2. Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável.
3. Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todas e todos, em todas as idades.
4. Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todas e todos.

5. Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.
6. Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todas e todos.
7. Assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todas e todos.
8. Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todas e todos.
9. Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação.
10. Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles.
11. Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.
12. Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis.
13. Tomar medidas urgentes para combater a mudança climática e seus impactos.
14. Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável.
15. Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade.
16. Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.
17. Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.

Por exigir um planejamento de longo prazo para atingimento dos objetivos, a Agenda 2030 deve perpassar diferentes governos que se sucederem, devendo se refletir nos planejamentos governamentais dos próximos quinze anos, influenciando planejamentos de médio e longo prazo. O documento que institui os ODS confere grande destaque à dimensão social, destacando a erradicação da extrema pobreza como o principal desafio global, e trazendo como um dos pontos mais importantes e sensíveis para o desenvolvimento a redução das desigualdades.

Como vem sendo discutido ao longo do trabalho, a preocupação com a problemática ambiental despertou o interesse de diversos pesquisadores para buscar estratégias que aliassem o desenvolvimento de um país com a preservação

dos recursos naturais. Neste panorama, a sustentabilidade passou a ser amplamente discutida, por apresenta-se como um mecanismo de desenvolvimento que não oferece riscos ambientais, como o atual padrão de consumo da sociedade (IAQUINTO, 2018).

A situação atual se encontra, social e ecologicamente, tão degradada que a continuidade da forma de habitar a Terra, de produzir, de distribuir e de consumir, desenvolvida nos últimos séculos, não nos oferece condições de salvar a nossa civilização e, talvez até, a própria espécie humana; daí que imperiosamente se impõe um novo começo, com novos conceitos, novas visões e novos sonhos, não excluídos os instrumentos científicos e técnicos indispensáveis; trata-se sem mais nem menos, de refundar o pacto social entre os humanos e o pacto natural com a natureza e a Mãe Terra (BOFF, 2014, p. 75).

É neste contexto que as definições de sustentabilidade passaram a ter maior destaque dentro da sociedade comum e científica, tendo em vista a sua relevância para as boas práticas de desenvolvimento econômico, social e ambiental. Sobre a conceituação de sustentabilidade é perceptível um leque de conceitos, sendo um deles:

[...] princípio constitucional que determina, com eficácia direta e imediata, a responsabilidade do Estado e da sociedade pela concretização solidária do desenvolvimento material e imaterial, socialmente inclusivo, durável e equânime, ambientalmente limpo, inovador, ético e eficiente, no intuito de assegurar, preferencialmente de modo preventivo e precavido, no presente e no futuro, o direito ao bem-estar. (FREITAS, 2012, p. 41).

Nota-se então que a sustentabilidade tem relação direta com as práticas de desenvolvimento da sociedade, principalmente no que diz respeito ao uso dos recursos naturais de maneira correta, com o intuito de assegurar o equilíbrio ambiental para as próximas gerações.

4.2 A agenda ambiental na administração pública

A Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) surgiu em 1999, por meio de uma iniciativa dos servidores do Ministério do Meio Ambiente. Ela buscava a revisão dos padrões da produção e consumo e a adoção de novos referenciais de sustentabilidade. Após dois anos do lançamento do projeto, foi criado o Programa Agenda Ambiental na Administração Pública, cujo objetivo era sensibilizar os gestores públicos para a importância das questões ambientais, estimulando-os a incorporar princípios e critérios de gestão ambiental em suas atividades rotineiras. (BRASIL, 2009).

Diante da sua importância, a A3P foi incluída pela primeira vez no Plano Plure Anual em 2004/2007 como ação integrante do programa de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis, o que garantiu recursos que viabilizaram a implantação efetiva da A3P, tornando-a um referencial de sustentabilidade nas atividades públicas.

Em maio de 2008, o Ministério do Meio Ambiente publicou a Portaria nº 61, que estabeleceu práticas de sustentabilidade ambiental nas compras públicas. Dois meses depois, o MMA publicou a Portaria nº 217, que instituiu o “Comitê de Implementação da A3P no Ministério do Meio Ambiente”. Já em 2009, o MMA publicou a Portaria nº 202, que ampliou o referido Comitê. No ano de 2012, foi promulgado o Decreto nº 7.746, que determinou, dentre outras questões, a adoção de iniciativas de gestão socioambiental, como a A3P, pelos órgãos e entidades federais e suas vinculadas, referentes ao tema da sustentabilidade. (BRASIL, 2009).

Em 2015, foi lançado o sistema de monitoramento online da A3P, o Ressoa. Em 20 de fevereiro de 2018, foi publicada no Diário Oficial da União a Portaria MMA nº 28, que institucionalizou a A3P no âmbito do Ministério do Meio Ambiente. Depois, em 1º de março do mesmo ano, foi publicada a Portaria SAIC nº 3, que instituiu as diretrizes do Programa A3P. Em 2019, foi lançado o Portal A3P. Em 2020, foi publicada a Portaria do MMA nº 326, de 23 de julho de 2020, que institucionalizou a A3P e estabeleceu suas diretrizes, unificando e revogando as duas portarias citadas anteriormente. E em 2021, ocorreu o lançamento/disponibilização do curso da A3P e do Ressoa na plataforma de EaD do MMA. (BRASIL, 2009)

Estão entre os principais objetivos da A3P: Promover a adoção de atitudes e procedimentos que levem ao uso racional de recursos naturais e dos bens públicos,

com a redução de gastos institucionais; incorporar os critérios da gestão socioambiental nas atividades rotineiras dos servidores públicos de todas as esferas da administração pública. Contribuir para revisão dos padrões de produção e consumo e para a adoção de novos referenciais de sustentabilidade no âmbito da administração pública. Reduzir a destinação inadequada de resíduos sólidos, estimular a ética e autoestima entre os servidores públicos, minimizar os impactos ambientais das construções públicas. (BRASIL, 2009).

Gestão Adequada dos Resíduos Gerados

O consumo gera lixo. Nos últimos dez anos, a população do Brasil aumentou 9,65%, enquanto, no mesmo período, o volume de lixo cresceu mais do que o dobro disso, 21%. Esta enorme geração de lixo, entretanto, não é acompanhada de um descarte adequado. O descarte inadequado de lixo é prejudicial à saúde pública e danoso ao meio ambiente. A fim de enfrentar as consequências sociais, econômicas e ambientais do manejo de resíduos sólidos sem prévio e adequado planejamento técnico, a Lei Federal nº 12.305/2010 instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), sendo regulamentada pelo Decreto Federal nº 7.404/2010. Esta política propõe a prática de hábitos de consumo sustentável e contém instrumentos variados para propiciar o incentivo à reciclagem e à reutilização dos resíduos sólidos (reciclagem e reaproveitamento), bem como a destinação ambientalmente adequada dos rejeitos. Um dos instrumentos mais importantes da PNRS é o conceito de responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos.

Assim, fabricantes, importadores, distribuidores, comerciantes, o Estado, o cidadão e titulares dos serviços públicos de limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos são todos responsáveis pela minimização do volume de resíduos sólidos e rejeitos gerados, bem como pela redução dos impactos causados à saúde humana e à qualidade ambiental decorrentes do ciclo de vida dos produtos.

Lei também cria metas importantes para a eliminação dos lixões; determina a elaboração de um Plano Nacional de Resíduos Sólidos com ampla participação social, contendo metas e estratégias nacionais sobre o tema; prevê a criação de um Sistema Nacional de Informações sobre a Gestão dos Resíduos Sólidos (SINIR), com o objetivo armazenar, tratar e fornecer informações que apoiem as funções ou processos de gestão dos resíduos prevê a criação de planos de gestão integrada de resíduos sólidos e os planos de gerenciamento de resíduos sólidos nos níveis

estadual, municipal e regional; além de impor que empresas elaborem seus planos de gerenciamento de resíduos sólidos.

Uso Racional de Recursos Naturais e Bens Públicos

A falta de água potável é um dos grandes desafios enfrentados pela humanidade. Isso precisa ser resolvido pelas gerações futuras, junto com questões como a geração de energia, produção de alimentos e distribuição equitativa de riquezas. Existem muitas previsões sobre a escassez de água, uma vez que ela é considerada um recurso infinito. A água é essencial para diversas atividades humanas e para a própria vida. O ciclo da água no planeta faz com que a sua distribuição seja naturalmente irregular, resultando em áreas muito úmidas e outras extremamente secas. Apesar de o Brasil ter uma disponibilidade per capita de água satisfatória em comparação com outros países, grande parte desse recurso está concentrado na região Amazônica, que possui a menor densidade populacional do país. Além disso, é importante considerar as alterações no ciclo hidrológicos causados pela atividade humana, o que torna a água ainda mais escassa no mundo.

Construções Sustentáveis

O conceito de construção sustentável abrange uma série de práticas adotadas antes, durante e após a realização de obras, com o objetivo de minimizar o impacto ambiental, proporcionar maior conforto térmico, reduzir ou eliminar o consumo de energia, além de melhorar a qualidade de vida dos moradores ou usuários. Isso é alcançado através da utilização de materiais e técnicas que garantem maior eficiência energética. A abordagem sustentável na construção começa antes mesmo do início da obra, através da seleção de materiais menos agressivos, duráveis e com menor impacto ambiental durante sua produção. Nesse sentido, o uso de materiais reciclados como matéria-prima pode ser considerado, sendo classificados em duas categorias: pós-industrial (quando o material reciclado é proveniente de resíduos industriais) e pós-consumo.

Na fase preliminar do projeto, é necessário examinar tanto o ciclo de vida da construção quanto dos materiais utilizados, estudar o impacto ambiental da obra, planejar a gestão dos resíduos a serem gerados e estabelecer a melhor maneira de utilizar esses materiais. Além disso, a planta deve ser projetada de forma a aproveitar ao máximo os recursos naturais disponíveis, como ventilação e iluminação natural, e promover a redução do consumo de energia e água, através do reuso da água e da adoção de fontes alternativas de energia, como a solar e a

eólica, entre outras. No caso de obras públicas, é fundamental projetá-las visando a economia na manutenção e operação do edifício, redução do consumo de energia e água, além da utilização de tecnologias e materiais que diminuam o impacto ambiental, tais como:

- Realização de um planejamento anual de obras com inclusão das diretrizes de construções sustentáveis;
- Melhoria das rotinas de manutenção predial preventiva, com o objetivo de reduzir custos na manutenção corretiva do edifício;
- Implantação de bicicletário coberto e estrutura de apoio, como vestiários e outros, a partir de um diagnóstico de demanda;
- Identificação e utilização de materiais duráveis, certificados e sustentáveis, preferencialmente reciclados e provenientes de recursos naturais renováveis, em obras e reformas;
- Utilização de equipamentos de climatização mecânica, ou de novas tecnologias de resfriamento do ar, que utilizem energia elétrica apenas nos ambientes em que for indispensável;
- Automação da iluminação do prédio, com a instalação de interruptores individuais, uso de sensores de presença, entre outros;
- Utilização exclusiva de lâmpadas LED compactas ou tubulares de alto desempenho e de luminárias eficientes.
- Energia solar, ou outra energia limpa para aquecimento de água e gerar energia;
- Sistema de medição individualizado de consumo de água e energia;
- Sistema de reuso de água e de tratamento de efluentes gerados;
- Aproveitamento da água da chuva, agregando ao sistema hidráulico elementos que possibilitem a captação, transporte, armazenamento e seu aproveitamento;
- Utilização de materiais que sejam reciclados, reutilizados e biodegradáveis, e que reduzam a necessidade de manutenção;
- Comprovação da origem da madeira a ser utilizada na execução da obra ou serviço.

Qualidade de Vida no Ambiente de Trabalho

A qualidade de vida no ambiente de trabalho envolve tanto os aspectos físicos e ambientais, como os aspectos psicológicos do local de emprego, além de estar relacionada às necessidades do servidor e o seu desenvolvimento pessoal e profissional, desta forma, engloba também as questões relacionadas à garantia da acessibilidade, redução do estresse e ampliação da participação dos servidores nos processos institucionais, com vistas ao aumento da produtividade e bem-estar no serviço.

A administração pública deve buscar permanentemente uma melhor Qualidade de Vida no Trabalho, promovendo ações para o desenvolvimento pessoal e profissional de seus servidores, a implantação de programas específicos que envolvam o grau de satisfação da pessoa com o ambiente de trabalho, o melhoramento das condições ambientais gerais, a promoção da saúde e segurança, entre outros fatores.

Esta avaliação sistemática da satisfação dos servidores se faz necessária pois, nesse processo de autoconhecimento, as sondagens de opinião interna são uma importante ferramenta para detectar a percepção dos funcionários sobre os fatores que interferem na qualidade de vida e na organização do trabalho.

São princípios da melhoria na qualidade de vida no trabalho:

- Uso e desenvolvimento de capacidades;
- Aproveitamento das habilidades;
- Autonomia na atividade desenvolvida;
- Percepção do significado do trabalho.
- Integração social e interna - Ausência de preconceitos; Criação de áreas comuns para integração dos servidores; Promoção dos relacionamentos interpessoais; Senso comunitário.
- Respeito à legislação - Liberdade de expressão; Privacidade pessoal; Tratamento imparcial.
- Condições de segurança e saúde no trabalho - Acesso para portadores de necessidades especiais; Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA);
Controle da jornada de trabalho; Ergonomia nos equipamentos e mobiliário;
Ginástica laboral e outras atividades; Grupos de apoio antitabagismo,

alcoolismo, drogas e neuroses diversas; Orientação nutricional; Salubridade dos ambientes; Saúde Ocupacional.

Compras Públicas Sustentáveis

Todos os anos, os governos federal, estaduais e municipais consomem grande parte dos recursos do orçamento na compra de produtos e na contratação de serviços, movimentando bilhões de reais, que atingem um percentual considerável do Produto Interno Bruto (PIB) do País, afetando diretamente importantes setores da economia.

A partir do momento em que os gastos governamentais passarem a ser direcionados à aquisição de bens e serviços considerados sustentáveis, verificar-se-á uma mudança gradual nos padrões de consumo da sociedade como um todo, que contribuirá para a inovação do mercado fornecedor, considerando critérios sociais e ambientais a serem adotados na fabricação dos bens e na prestação de serviços.

Em países desenvolvidos, e em algumas cidades do Brasil, já é possível vislumbrar as consequências decorrentes da implementação do conceito de compras sustentáveis, privilegiando-se os fornecedores comprometidos com o uso racional dos recursos naturais, pressionando as outras empresas a se adaptarem aos padrões de responsabilidade socioambiental sob pena de perder em sua competitividade no mercado.

Contratações Públicas Sustentáveis (CPS), compreendem as aquisições de bens, contratações de serviços, obras e reformas com critérios de sustentabilidade, e devem ser planejadas e realizadas a partir de uma visão sistêmica do processo produtivo como, por exemplo, da Análise do Ciclo de Vida do produto (ACV). Este eixo encontra respaldo em distintos instrumentos normativos como Leis, Decretos, Instruções e Portarias.

A licitação é o procedimento administrativo formal em que a Administração Pública convoca, mediante condições estabelecidas em ato próprio (edital ou convite), empresas interessadas na apresentação de propostas para o oferecimento de bens e serviços. A licitação objetiva garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração, de maneira a assegurar oportunidade igual a todos os interessados e possibilitar o comparecimento ao certame do maior número possível de concorrentes, fato que favorece o próprio interesse público.

O procedimento licitatório tem por objetivo permitir que a Administração contrate aqueles que reúnam as condições necessárias para o atendimento do interesse público, levando em consideração aspectos relacionados à capacidade técnica e econômico-financeira do licitante, à qualidade do produto e ao valor do objeto.

Alguns exemplos de bens que podem ser adquiridos através de licitações sustentáveis:

- Veículos flexfuel ou movidos a biodiesel;
- Alimentos orgânicos (merenda escolar, restaurantes populares ou institucionais);
- Madeira certificada (mobiliário e construção);
- Papel não clorado e reciclado (rotina diária, correspondência e publicações);
- Plástico reciclado (mobiliário e utensílios);
- Energia renovável;
- Equipamentos não poluentes ou com reduzido potencial poluente; Lâmpadas LED com descarte adequado;
- Toner de impressoras e tintas de alto rendimento e que preveem a logística reversa dos cartuchos no contrato.

Sensibilização e Capacitação dos Servidores

A sensibilização busca desenvolver e estimular a prática da consciência cidadã pelos gestores e servidores públicos, a partir dos princípios da responsabilidade socioambiental. O processo de sensibilização dos servidores envolve a realização de campanhas que busquem chamar a atenção para temas socioambientais importantes esclarecendo a importância e os impactos de cada um no processo.

A sensibilização deve ser acompanhada de iniciativas para capacitação dos servidores tendo em vista tratar-se de um instrumento essencial para construção de uma nova cultura de gerenciamento dos recursos públicos, provendo orientação, informação e qualificação aos gestores públicos e permitindo um melhor desempenho das atividades implantadas.

A formação dos gestores pode ser considerada como uma das condicionantes para efetividade da ação de gestão socioambiental no âmbito da administração pública. A capacitação é uma ação que contribui para o desenvolvimento de competências institucionais e individuais nas questões relativas à gestão

socioambiental e ao mesmo tempo fornece aos servidores oportunidade para desenvolver habilidades e atitudes para um melhor desempenho das suas atividades, valorizando aqueles que participam de iniciativas inovadoras e que buscam a sustentabilidade. É necessário o envolvimento individual e coletivo, pois apenas dessa forma será possível a criação de uma nova cultura institucional de sustentabilidade das atividades do setor público, sejam essas relacionadas à área meio ou finalística da instituição.

4.3 Passo a passo para implantar a A3P

Portanto, os gestores que desejam aderir a A3P precisam seguir um procedimento simples que facilita neste processo. Segundo MMA (2009, p. 86) o Ministério do Meio Ambiente propõe aos parceiros interessados em aderir a A3P, a assinatura do TERMO DE ADESÃO, cuja finalidade é integrar esforços para desenvolver projetos destinados à implementação da agenda. Para oficializar o termo de adesão, o interessado deve seguir os demais procedimentos, são eles:

Da instituição:

- Ofício para encaminhamento dos documentos;
- Cópia do comprovante de regularidade fiscal;
- Cópia do comprovante de endereço;
- Plano de Trabalho impresso e em meio digital;
- Minuta do Termo de Adesão
- Impressa e em meio digital.

Do representante da instituição no Termo:

- Cópias autenticadas do RG e do CPF;
- Cópia autenticada do ato de nomeação;
- Delegação de competência do representante em questão para a Assinatura de atos (usualmente a lei orgânica ou o estatuto da instituição, quando couber).

Para o processo de implantação da A3P, o MMA (2009, p. 87) orienta alguns passos iniciais devem ser seguidos pelas instituições interessadas, conforme descrição a seguir:

1º Passo

Realizar a adesão formal - Para aderir formalmente à A3P, é necessário firmar, entre os interessados e o MMA, o Termo de Adesão.

2º Passo

Criar a Comissão Gestora (CG) - O órgão deve formalizar a criação de uma Comissão Gestora com o objetivo de implementar a A3P. Essa comissão deve ser formada por representantes de todos os setores (secretarias ou departamentos), para que o coletivo participe da elaboração do projeto, sua implementação e continuidade. Ela deve ser institucionalizada por meio de instrumento legal, como Portaria ou Instrução Normativa. A CG deve ter uma dimensão tal que incorpore os setores envolvidos e tenha agilidade de operação. A depender do escopo da instituição, entre cinco e 15 membros representaria um tamanho adequado para a comissão. O ideal é que haja um representante titular e um suplente de cada setor. A gestão da comissão deve ser compartilhada e atuar, pelo menos, sobre os seguintes aspectos: Sensibilização dos gestores quanto à importância da implantação do programa; Realização do diagnóstico da instituição; Elaboração do planejamento das ações; Apoio à implantação das ações; Promoção do monitoramento das ações. Para instituição de abrangência nacional, com representações em outras Unidades da Federação, ou órgão de abrangência estadual com representação municipal, sugere-se a criação de subcomissões devidamente dispersas pelas unidades regionais.

Criadas a comissão e as subcomissões, é fundamental que sejam estabelecidos mecanismos de comunicação entre elas. É importante esclarecer que a Comissão gestora da A3P pode ser a mesma comissão gestora de outras iniciativas, como o Plano de Logística Sustentável, Coleta Seletiva Solidária, Comissão de Sustentabilidade, entre outras.

3º Passo

Fazer o diagnóstico - Formada a comissão gestora, é hora de saber qual a real situação do órgão quanto à sustentabilidade. A nova etapa consiste em realizar um levantamento/inventário da situação socioambiental da instituição, ou seja, o diagnóstico. Ele é fundamental para garantir a eficiência na implantação da A3P. O diagnóstico deve conter informações sobre questões associadas aos seis eixos da A3P. O diagnóstico vai permitir identificar os pontos críticos associados a cada eixo, de modo que, no futuro, sejam feitas intervenções sobre eles. É a CG quem elabora

o diagnóstico, o que deve ocorrer dentro de um processo democrático. Para tanto, é necessária a ampla participação dos servidores da instituição (gestores, servidores e terceirizados).

O diagnóstico deve conter:

- Levantamento do consumo de recursos naturais;
- Levantamento dos principais bens adquiridos e serviços contratados pela instituição;

- Levantamento das obras realizadas;

Levantamento das práticas de descarte adotadas pela instituição;

- Levantamento de práticas ambientais já adotadas, principalmente com relação ao descarte de resíduos;

- Levantamento das necessidades de capacitação, entre outras, conforme decisão da Comissão gestora.

Sugere-se ainda que, a partir do diagnóstico, seja calculada a linha-base para ser utilizada como referencial para a implantação de medidas socioambientais, principalmente aquelas relacionadas à redução de gastos institucionais. Também é aconselhável fazer uma pesquisa de opinião com os funcionários para identificar os seus hábitos e assim direcionar melhor as campanhas de sensibilização.

4º Passo

Elaborar o Plano de Gestão Socioambiental (PGS) - Feito o diagnóstico, é hora de planejar as ações para implantação da agenda. É hora de fazer o Plano de Gestão Socioambiental (PGS).

O PGS deve estabelecer: Objetivos; Projetos; Atividades ou ações que serão implementadas; Metas a serem alcançadas; Responsabilidades institucionais do órgão e dos servidores; Medidas de monitoramento e avaliação, incluindo os indicadores; Prazos necessários; e Recursos disponíveis para a implantação das ações. Recomenda-se que, além do objetivo geral, o PGS contemple objetivos específicos. Cada projeto ou atividade deve conter metas quantitativas e/ou qualitativas para facilitar o processo da melhoria contínua da gestão.

O ideal é que as metas sejam estabelecidas a partir da linha-base calculada no processo de diagnóstico institucional. Nessa etapa, também devem ser definidos os indicadores que irão mensurar o cumprimento das metas, bem como devem ser identificadas as responsabilidades de cada unidade da instituição e, finalmente, relacionados os servidores envolvidos na atividade. (BRASIL, 2009, p. 13).

Para a etapa de implantação e operacionalização das atividades, a administração deverá disponibilizar os recursos físicos e/ou financeiros adequados. É importante que nessa fase haja campanhas de conscientização e sensibilização de todos os servidores para a importância da implantação da A3P.

No caso dos entes federais, a elaboração do Plano de Gestão Socioambiental deve coincidir com o Plano de Logística Sustentável (PLS) que pode ser usado em substituição ao PGS da A3P.

Geralmente a implantação da A3P se dá por partes: o órgão escolhe um dos eixos temáticos, elabora um projeto e implementa-o. Os eixos são genéricos, o que dá ao órgão a liberdade necessária para que ele crie o projeto que considere mais adequado à sua realidade. (BRASIL, 2009, p. 13).

5º Passo

Sensibilizar e capacitar os servidores - Nesta fase, a Comissão Gestora pode desenvolver campanhas, oferecer cursos, treinar os servidores, publicar material educativo específico para os funcionários do órgão, entre outros. Todos os colaboradores, inclusive os terceirizados, têm uma função muito importante no processo. É necessário promover reuniões e capacitações específicas para que essas pessoas participem da A3P, consciente da importância da atividade que desempenham e do que isso representa para o processo.

A Comissão Gestora da A3P deve direcionar as ações de sensibilização e capacitação de modo a satisfazer as necessidades da instituição e incentivar a adoção, pelos servidores, de uma postura socioambiental correta. As ações de sensibilização e capacitação não se esgotam num evento, elas devem ser permanentes. O órgão deve promover continuamente campanhas que estimulem o servidor a mudar hábitos, adequando-o às diretrizes socioambientais preconizadas pela A3P. (BRASIL, 2009, p. 13).

6º Passo

Avaliar o projeto - É necessário montar um sistema de avaliação e monitoramento do PGS. O sistema, criado e mantido pela Comissão Gestora do órgão, deve informar quanto às falhas apresentadas, mas também apresentar os indicadores de eficiência e eficácia do programa.

A avaliação deve identificar ainda as melhorias alcançadas por conta das correções efetuadas. Para atingir tal objetivo, deve utilizar um conjunto de indicadores de sustentabilidade que permitem mensurar os avanços alcançados

pelas instituições. A definição da linha-base visa auxiliar nesse processo, pois se deve considerar a possibilidade de replanejar as atividades que não alcançaram os resultados esperados.

O principal objetivo dos indicadores é permitir aos gestores aprimorarem o conhecimento sobre a realidade da instituição, por meio de informações que permitam comparar a qualidade da socioambiental. Usando indicadores de uso de recursos naturais, por exemplo, é possível avaliar o desperdício e determinar a eficiência no uso desses recursos.

Os indicadores permitem que as metas previamente estabelecidas para a redução do consumo possam ser traçadas e podem auxiliar a comparar a efetividade das ações implementadas, verificando o desempenho de cada meta, identificando falhas e os pontos de melhoria. (BRASIL, 2009, p. 13 e 14).

5 METODOLOGIA

5.1 Área em estudo

O presente estudo será desenvolvido no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá – IFAP – Campus Laranjal do Jari. O Campus Laranjal do Jari foi criado a partir do decreto nº 6.095/2007 que instituía no território brasileiro a reformulação das antigas escolas técnicas em institutos federais. Os cursos que iniciaram no campus foram: Secretariado, Informática e Secretariado Escolar (MACEDO, 2010; MACEDO, 2014). Tem por objetivo promover uma educação profissional pública de qualidade para todos os níveis e modalidade de ensino, pesquisa e extensão, visando à formação do cidadão crítico, comprometidos com o desenvolvimento social, científico e tecnológico. Atualmente o campus oferece o ensino médio o curso superior de Bacharelado em Administração, Engenharia Florestal, Licenciatura em Ciências Biológicas, Tecnologia em Gestão Ambiental e a pós-graduação em Desenvolvimento Regional e Agro extrativismo.

Figura 1: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá IFAP - Campus Laranjal do Jari. Visão de satélite



Fonte: Google Earth (2023)

5.2 Coleta de dados

O presente estudo se configura como uma pesquisa, qualitativa, exploratória e explicativa, haja vista que não só se embasou em um levantamento bibliográfico relacionado à gestão ambiental e à Administração Pública, como também analisou criticamente os dados obtidos. No estudo exploratório, buscou-se a definição do problema da pesquisa, efetuação de uma revisão de literatura em livros, periódicos, artigos e sites sobre a aplicação da A3P, além da base conceitual para elaboração do instrumento de coleta de informações. No estudo explicativo, foi desenvolvido o levantamento de informações através de uma entrevista, com o servidor do departamento administrativo e aplicação de um formulário, estruturado com 31 questões objetivas, de múltipla escolha, com opções de (sim, não, não sei e não se aplica) e 1 questão discursiva, para servidores docentes, discentes e servidores técnicos administrativos abordando a **opinião** e a **percepção** sobre o programa da A3P, seus eixos principais, ações sustentáveis e como o campus vem desempenhando seu **regimento institucional de gestão ambiental**. Após respondidos, foram encaminhados para a coleta dos dados, para a elaboração dos gráficos percentuais para a análise das respostas e por fim uma fase conclusiva na qual buscou-se uma análise dos dados relevantes, para discussão e conclusão da pesquisa.

5.3 Análise de dados

Inicialmente foi realizada a contextualização do programa Agenda Ambiental na Administração Pública - A3P, como um instrumento de ecoeficiência, inovação e sustentabilidade, buscando evidenciar a potencialidade de sua aplicação nos órgãos públicos através de revisão bibliográfica apresentada na pesquisa.

Foram aplicados questionários com questões fechadas aos servidores, alunos e técnicos administrativos, mediante prévia autorização dos administradores buscando identificar a perspectiva deles em relação à integração da sustentabilidade nas atividades e rotinas administrativas do órgão, procurando-se desta forma atender o segundo objetivo proposto. Questões sobre a percepção pessoal e inserção do tema no dia a dia, bem como ações do órgão foram colocadas como base de análise.

O modelo do instrumento de coleta de dados a ser utilizado encontra-se como apêndice, após a coleta de dados foi realizado o processo de análise, classificação, e interpretação das informações coletadas através de softwares como o Excel, para elaboração dos gráficos apresentados no resultado da pesquisa.

6 RESULTADOS E DISCUSSÃO

6.1 Diagnóstico da situação socioambiental da instituição

Considerando que uma das obrigações das instituições de ensino é disseminar conhecimento, a implementação de práticas ecologicamente responsáveis em seu ambiente educacional pode influenciar outras organizações a adotarem uma nova postura em relação à gestão ambiental nos locais em que estão inseridas (Boff et al., 2008).

A partir da metodologia proposta foi possível realizar o diagnóstico da situação socioambiental da instituição, que tem seu **Comitê Institucional de Gestão Ambiental**. O presente documento foi elaborado em 2017, com o objetivo de seguir as Políticas e Normas internas e a legislação aplicável. Seu propósito é implantar e monitorar as políticas de gestão ambiental do Instituto Federal de Ciência e Tecnologia do Amapá - IFAP no exercício de suas atribuições relacionadas ao apoio das estratégias de sustentabilidade. Isso inclui o estabelecimento de diretrizes e ações que busquem a conciliação entre as questões ambientais, o desenvolvimento econômico e a responsabilidade social.

Atribuições:

- I. Elabora o Plano de Logística Sustentável (PLS);
- II. Elaborar o diagnóstico institucional de Sustentabilidade de todas as unidades do IFAP;
- III. Estabelecer o prognóstico e desenvolver o PLS do IFAP;
- IV. Prospectar oportunidades de financiamento para a execução do PLS;
- V. Deliberar, no âmbito do IFAP, sobre questões ambientais submetidas a sua apreciação;
- VI. Propor programas e medidas de gestão dos resíduos sólidos gerados pelo IFAP em atenção aos princípios da Política Nacional de Resíduos Sólidos;

VII. Indicar critérios objetivos de sustentabilidade para os processos de aquisição de bens, obras e contratação de serviços no âmbito do IFAP;

Aliado ao questionário aplicado para os discentes, docentes e técnicos administrativos do campus Laranjal do Jari, mostram que o Instituto embora não tenha atualizado seu regimento interno de gestão ambiental, desde então, segue desenvolvendo muitas atividades sustentáveis durante todo o ano letivo, entre eles:

- Projeto + cultura no meio do mundo.
- VI encontro dos NAPNE's, atendimento a pessoas com necessidades educacionais específicas.
- Semana dos povos indígenas.
- 1º Festival gastronômico do Vale do Jari.
- Semana nacional de ciência e tecnologia, 'Ciências básicas para o desenvolvimento sustentável'.
- I workshop de aproveitamento de resíduos orgânicos, sensibilização ambiental e oportunidades de negócios.
- Dia da água, floresta e aquicultura.
- Semana do meio ambiente 'Soluções para poluição plástica'.

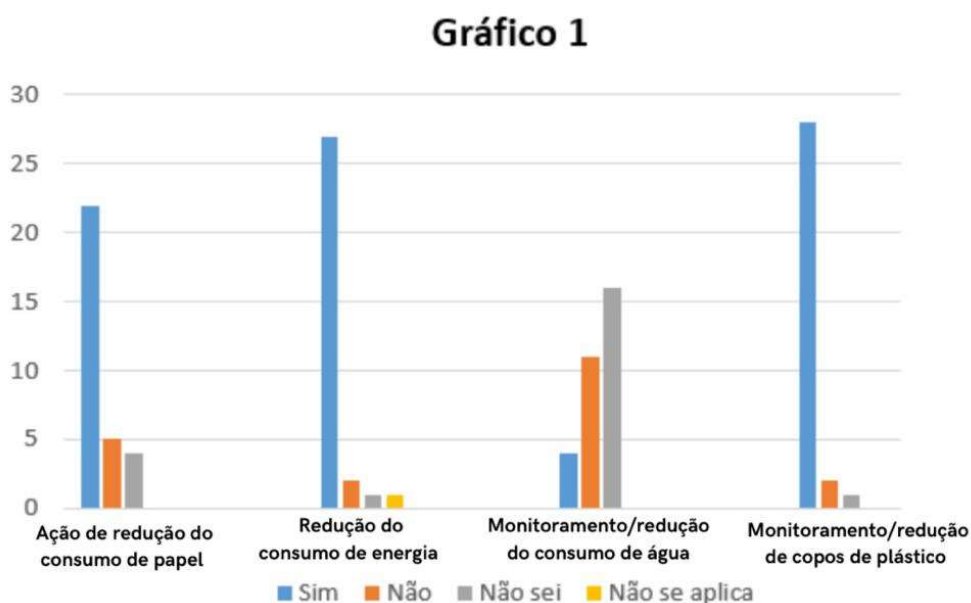
6.2 Questionário de percepção sobre a Agenda ambiental na administração pública- A3P.

O questionário teve como principal objetivo a percepção do conhecimento dos servidores, alunos e técnicos administrativos quanto à A3P, sua adesão e avaliar o nível de conhecimento sobre seus respectivos eixos, através de ações já implementadas no dia a dia do campus. O questionário elaborado, foi aplicado de forma presencial para alguns servidores docentes, discentes e técnicos administrativos, através da plataforma *Google Forms*, ferramenta *online* do Google.

Uso racional dos recursos naturais e bens públicos.

Este eixo trata do uso de forma econômica dos recursos a fim de evitar o seu desperdício, englobando o uso racional de energia, água e além do consumo de papel, copos plásticos e outros. De acordo com as respostas obtidas com a aplicação dos questionários, constatou-se que na maioria das vezes os servidores e alunos praticam ações de uso sustentável, como a reutilização de papel e uso de bens duráveis. Em conversa com os servidores observou-se que a instituição incentiva tais práticas e desenvolve ações de monitoramento para reduzir o consumo de papel, com a atualização da plataforma eletrônica, no caso o SUAP, reduzindo a sua utilização. Em relação a energia, o campus faz uso de energia solar, com placas fotovoltaicas, que reduz seu consumo de energia, os funcionários também são instruídos a fazer o desligamento de aparelhos e luzes em horários de não uso, já em relação a água, o campus não utiliza nenhuma forma de redução em seu consumo.

Gráfico 01 - Aplicação da pesquisa: Uso racional dos recursos naturais.



Fonte: Elaborado pela autora (2023)

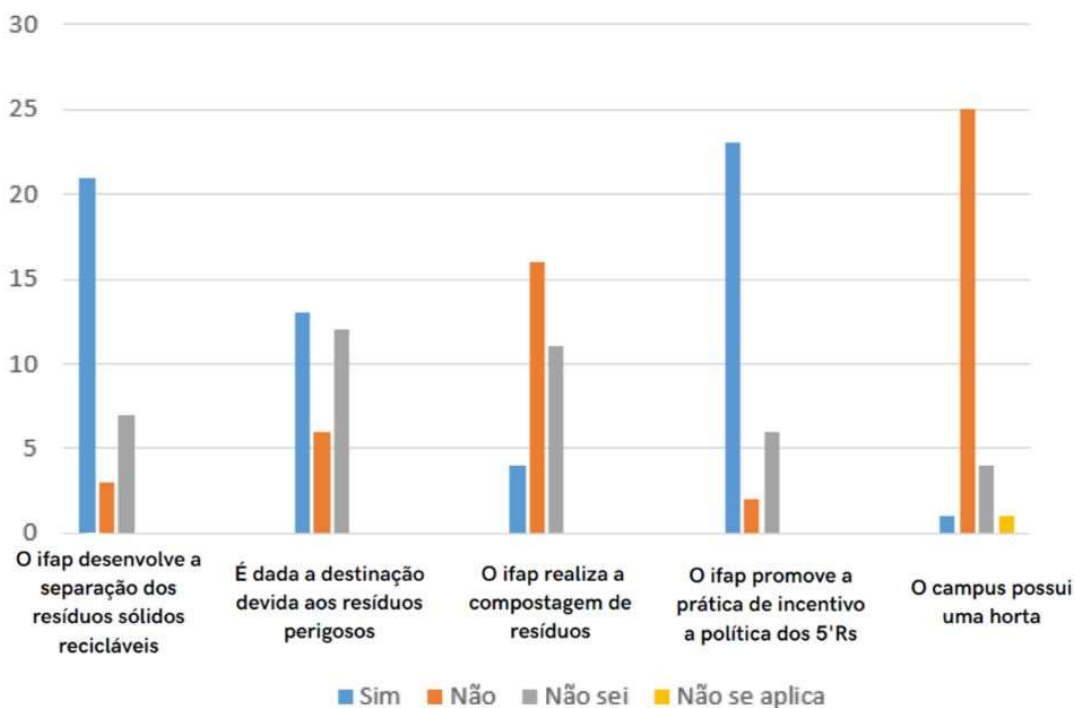
Gestão adequada dos resíduos gerados.

O segundo eixo está diretamente relacionado ao primeiro, dado que este visa à prevenção e redução na geração de resíduos, que ocorre por meio do uso racional dos recursos naturais, da adoção de hábitos de consumo sustentável e do incentivo a utilização de instrumentos que proporcionem um aumento da reciclagem e da reutilização dos resíduos, bem como, a destinação ecologicamente correta dos rejeitos.

Partindo disso, a pesquisa verificou que os resultados expõem a inexistência de uma gestão adequada de resíduos gerados pelo campus, que apesar de disponibilizar lixeiras seletivas, a separação final dos resíduos não é executada, pois o IFAP, assim como o Município, não faz uso de coleta seletiva, assim como não realiza compostagem dos seus resíduos, nem possui horta e não promove práticas de incentivo a política dos 5'Rs.

Gráfico 02 – Aplicação da pesquisa: Gestão adequada dos resíduos gerados.

Gráfico 2



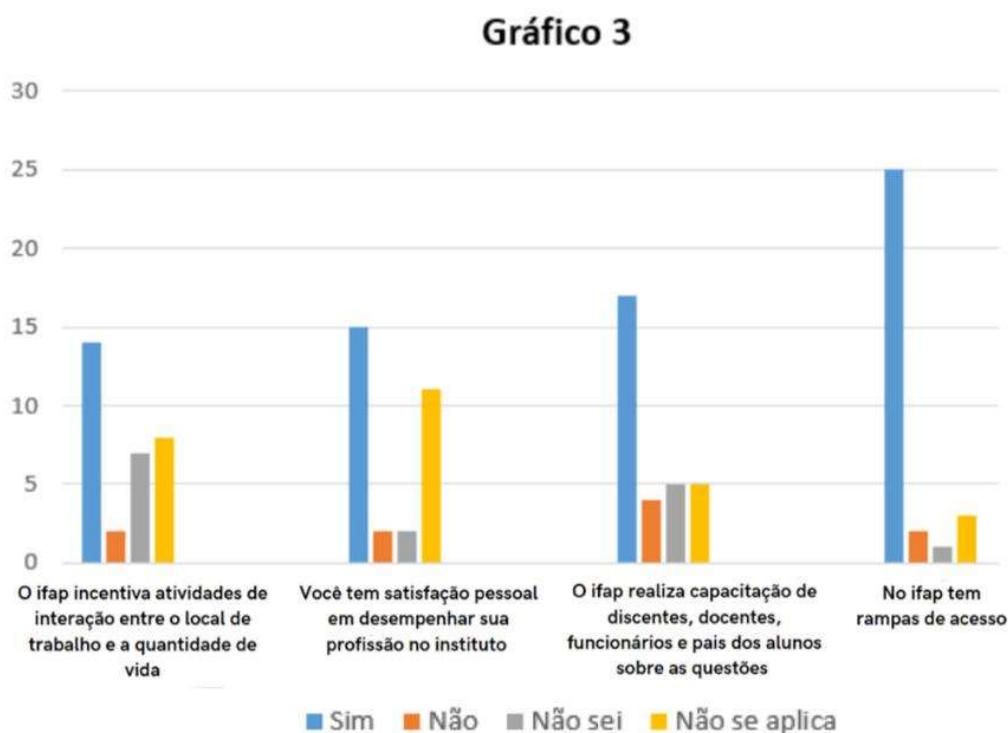
Fonte: Elaborada pela autora (2023)

Qualidade de vida no ambiente de trabalho e Sensibilização, Capacitação dos servidores.

O eixo 03 busca criar e consolidar a consciência cidadã da responsabilidade socioambiental nos servidores, contribuindo para o desenvolvimento de competências institucionais e individuais, viabilizando atitudes para melhorar o desempenho de suas atividades, visando facilitar o rendimento do servidor na organização por meio da melhoria dos aspectos de ergonomia, conforto, bem-estar, entre outros, no local de trabalho.

De acordo com as pesquisas, concluiu-se que há por parte da instituição incentivos ou realizações de programas de capacitação aos servidores com o intuito de disseminar a sustentabilidade na administração do campus, assim como também seus servidores têm satisfação em desempenhar sua profissão no instituto, pois o fato de contribuir com a instituição é motivador. Reafirmando, que durante a aplicação do checklist constatou-se que o IFAP promove a capacitação de alunos, professores, funcionários e pais dos alunos, sobre questões ambientais, assim como dispõe de rampas de acesso na entrada, no ginásio poliesportivo e acesso ao segundo piso do bloco de ensino do campus.

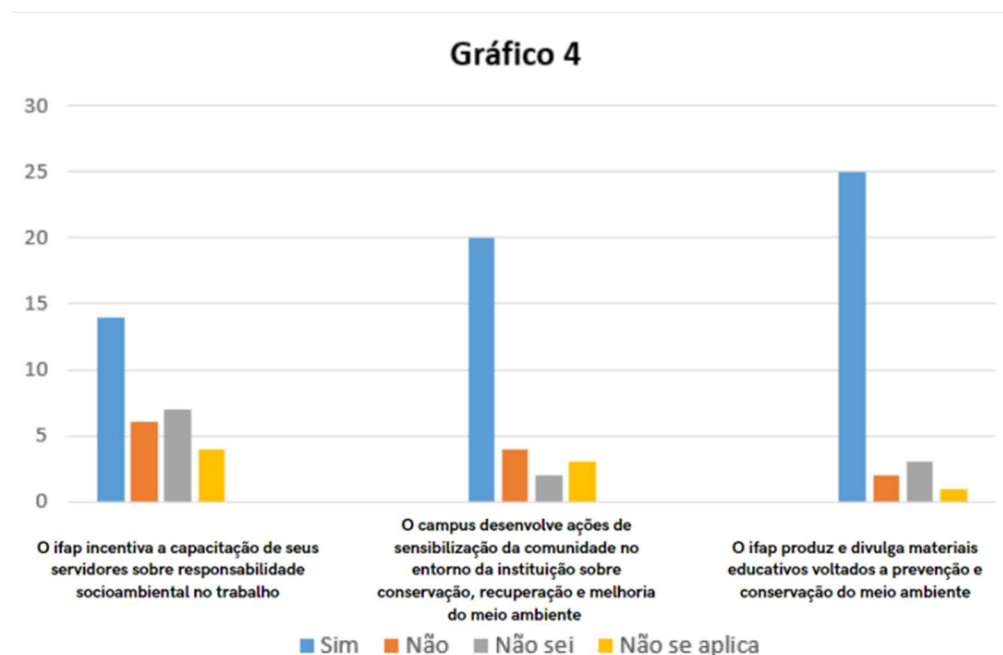
Gráfico 03 - Aplicação da pesquisa: Sensibilização e capacitação dos servidores



Fonte: Elaborado pela autora (2023)

Em relação ao eixo 04, pode-se observar, que o IFAP incentiva seus servidores sobre responsabilidade socioambiental no trabalho, através de palestras, cursos, eventos voltados a área do Meio Ambiente, não só para seus servidores, como também alunos e a comunidade em geral, o campus realiza atividades de extensão, como a divulgação de folders e panfletos, além de participar de eventos em parceria com a Prefeitura Municipal de Laranjal do Jari e empresas como Grupo Jari.

Gráfico 4 - Aplicação da pesquisa: qualidade de vida no ambiente de trabalho e estudo.



Fonte: Elaborado pela autora (2023)

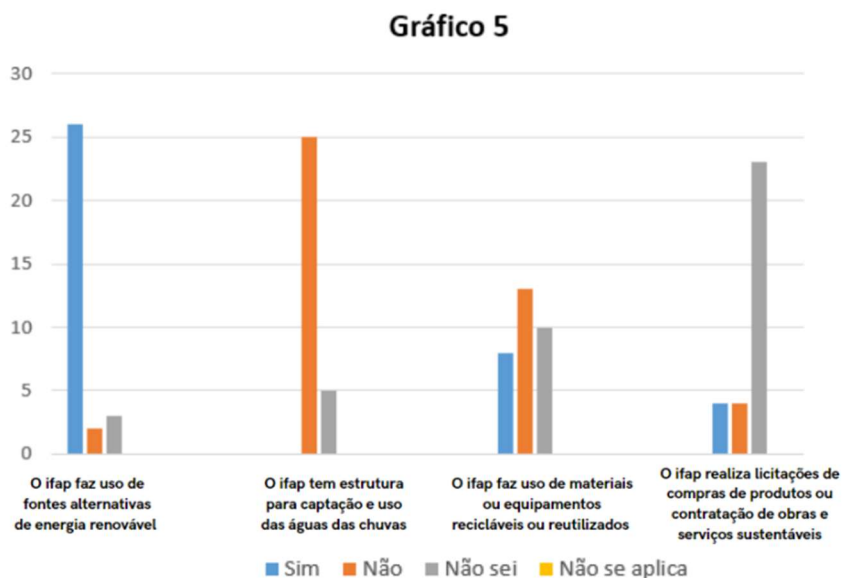
Construções, Reformas e Ampliações sustentáveis.

O eixo 05 trata da adoção de medidas que visam à sustentabilidade da edificação, com o intuito de minimizar os impactos negativos sobre o meio ambiente, promover a economia dos recursos naturais e a melhoria na qualidade de vida dos seus ocupantes, visa à aquisição de produtos e serviços sustentáveis, almejando a contribuição da administração pública com a conservação do meio ambiente.

Sobre licitações sustentáveis, abordados no eixo 5 da A3P, na aquisição de bens do campus, é dada prioridade para materiais que possuem maior quantidade de matéria prima reciclada, aliado a qualidade e durabilidade que o produto proporcionará, entre eles estão, lâmpadas de LED, centrais de ar com baixo

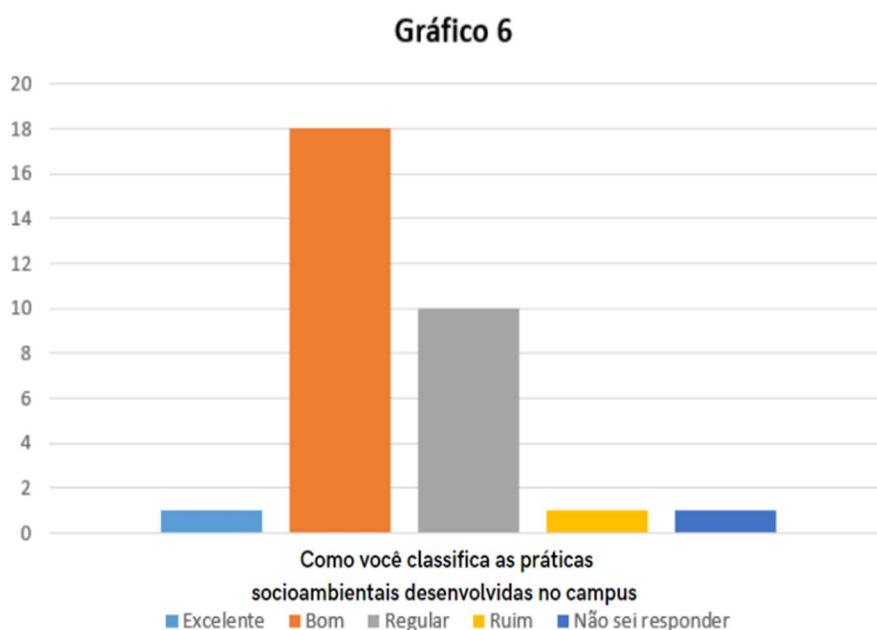
consumo de energia, torneiras automáticas, assim como também folha de papel A4 reciclada.

Gráfico - 5 Aplicação da pesquisa: Licitações sustentáveis.



Fonte: Elaborado pela autora (2023)

O último gráfico mostra como os participantes da pesquisa, classificam as práticas socioambientais desenvolvidas no campus. O resultado mostrou que mais de 50% dos integrantes consideram o rendimento como **Bom** desempenhado pelo Campus.



Fonte: Elaborado pela autora (2023)

Na última pergunta do questionário possibilitamos aos participantes da pesquisa, a seu critério, deixar sua proposta de atividade socioambiental que o IFAP pode realizar, desenvolver ou melhorar no campus, e detivemos as seguintes sugestões:

- Desenvolver a interação com mais frequências aos órgãos ambientais.
- Adequar datas comemorativas em alusão ao meio ambiente de modo que os eventos não atrapalhem as atividades de docência. Readequar datas e agendas ambientais.
- O IFAP tem propostas boas, só falta sair da teoria e realmente aplicar na prática.
- Iniciar projetos que faça com que os alunos plantem mais árvores pela cidade de Laranjal.
- Buscar parcerias com o Estado ou município para melhorar as visitas técnicas na parte do Meio Ambiente.
- Melhorar ou expandir a trilha do IFAP e desenvolver mais projetos na área ambiental.
- Desenvolver mais projetos com os alunos, voltado as práticas sobre educação ambiental nas comunidades ribeirinhas do Jari.

7 CONCLUSÃO

Este estudo teve como objetivo analisar o conhecimento e a percepção dos docentes, discentes e técnicos administrativos acerca do tema Agenda ambiental na administração pública (A3P) no IFAP, campus Laranjal do Jari-AP.

Na realização do estudo observou-se que em virtude do consumo acelerado dos recursos naturais, surgiu a necessidade de se criar métodos de atenuação dos impactos ambientais gerados por esse consumo, bem como que as instituições públicas, acima de tudo aquelas que desenvolvem ações de ensino devem assumir sua responsabilidade socioambiental e disseminar no meio educacional e acadêmico a importância sobre as práticas sustentáveis, além de diminuir e mitigar os problemas decorrente do mau uso desses recursos.

De acordo com os resultados já citados, sabe-se também que a Administração Pública é um grande gerador de resíduo e consumidor de recursos, como também, possui grande responsabilidade na elaboração e implementação de leis e normativas que auxiliam o funcionamento da sociedade e das instituições. Sendo assim, é essencial a inclusão da sustentabilidade nas organizações públicas através de projetos, programas e/ou outras atividades que incentivem a mudança de hábitos.

A partir da metodologia proposta foi possível realizar o diagnóstico da situação socioambiental da instituição, que aliado ao questionário aplicado, mostraram que o campus incentiva a prática de atividades sustentáveis, assim como também auxiliam seus servidores na capacitação e sensibilização específica sobre a temática.

Todavia, foi observada que ela apresenta um grande potencial de aplicabilidade de um Sistema de Gestão Ambiental (SGA) em seus processos administrativos, levando em consideração que o campus possui cursos com foco na área ambiental e gestores aptos a desenvolverem projetos voltados para a questão de sustentabilidade. Dessa forma, fica a sugestão da realização de novos estudos relacionados a aplicabilidade da A3P no Instituto federal do Amapá, campus Laranjal do Jari.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A. J.; BRANDÃO, V. S.; PEDROSA, A. J. F.. **A agenda ambiental na administração pública (A3P) versus políticas socioambientais no Brasil: caracterização e desafios.** Revista Brasileira de Administração Científica, v.8, n.1, p.236-254, 2017.

ALMEIDA, V. F.; YUNES NETO, C.; VIDAL, T. C. S.; DAMASCENO, L. A.; SOUZA, A. L. C.; SIMÃO, M. O. A. R. **Agenda ambiental da administração pública (A3P) e sua aderência: o caso do Instituto Federal do Amazonas.** Revista Ibero Americana de Ciências Ambientais, v.11, n.5, p.677-693, 2020.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). NBR ISSO 14001:2004: **Sistemas de gestão ambiental** – Requisitos com orientações para uso. Rio de Janeiro, 2004.

BARATA, R. B. et al.. **Desigualdade social em saúde na população em situação de rua na cidade de São Paulo.** Saúde e Sociedade, v. 24, p. 219–232, abr. 2015.

BARBIERI, J. C. **Gestão ambiental empresarial: conceitos, modelos e instrumentos.** São Paulo: Saraiva. 2007.

BOFF, L. **Saber cuidar: ética do humano** – compaixão pela terra. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

BRASIL, MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE - **MMA. Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P).** Brasília – DF. 5 ed., 2009.

BRASIL. **Ministério do Meio Ambiente.** Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P). 2015?. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/mma-em-numeros/a3p>. Acesso em: 27 mar. 2023.

BOFF, L. M; ORO I. M; BEUREN, I. M. **Gestão ambiental em Instituição de Ensino Superior na visão de seus dirigentes.** Revista de Contabilidade da UFBA. Salvador, v.2, n.1, p. 4-13, 2008.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL, A.C; NETO, O.J.A.G; ARAÚJO, N.A; PINHEIRO, N.C.A. **MODELO A3P: uma proposta de implantação de práticas socioambientais à Secretaria Municipal de Turismo de São Luís (MA)** em conformidade com a Agenda Ambiental na Administração Pública. Revista Ceuma Perspectiva, vol.30, 2017.

COLAUTO, R. D.; BEUREN, I. M. **Coleta, análise e interpretação dos dados.** In: **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade:** teoria e prática. 3a ed., pp. 117-144. São Paulo: Atlas. 2009.

Como implantar a Agenda Ambiental na Administração Pública - A3P. Apostila. MMA. 2010.

FIGUEIREDO, G. G.; SILVA, G. V.; SOARES, F. I. L.. **Sistema de gestão ambiental na Administração Pública: estudo em uma Universidade Federal do interior da Amazônia.** Enciclopédia Biosfera, Goiânia, v.16, n.29, 2019.

FREITAS, J. **Sustentabilidade, Direito ao Futuro.** Belo Horizonte: Fórum, 2012.

FREITAS, C. L.; BORGERT, A.; PFITSCHER, E. D. **Agenda ambiental na administração pública (a3p): uma análise da aderência de uma ifes as diretrizes propostas pela A3P.** XVIII Congresso Brasileiro de Custos. 2011.

FREITAS, C. L; BORGERT, A; PFITSCHER, E. D. **Agenda Ambiental na Administração Pública: uma análise da Aderência de uma IFES as diretrizes propostas pela A3P.** Trabalho apresentado no XI Colóquio Internacional sobre Gestão Universitária na América do Sul. Florianópolis, 2011.

IAQUINTO, B. O. **A sustentabilidade e suas dimensões**. Revista Da ESMESC, 25(31), 157–178. 2018.

LEFF, E. **Saber Ambiental: Sustentabilidade, Racionalidade, Complexidade e Poder**. 9ª ed. Petrópolis, Ed. Vozes, 2012.

LUIZ, L. C.; FREITAS, C. L.; PFITSCHER, DAHMER, E.; RAU, K. **Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) e Práticas de Sustentabilidade: Estudo Aplicado em um Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia**. Administração Pública e Gestão Social, v. 5, p. 114-134, 2013.

MARTINS, M. R. S.; SILVA, J. G. F. da. **O sistema de gestão ambiental baseado na ISO 14000: Importância do instrumento no caminho da sustentabilidade**. Revista Eletrônica em Gestão, Educação e Tecnologia Ambiental, v. 18, p. 1460, 2014.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. (2009). **A3P - Agenda Ambiental na Administração Pública**. Disponível em: http://www.mma.gov.br/estruturas/a3p/_arquivos/cartilha_a3p_36.pdf. Acesso em: 07 out 2018.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. (2017) **Gestão Socioambiental Nas Universidades Públicas**. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/images/arquivo/80063/Publicacoes%202017/universidade.pdf>. Acesso em: 07 out 2018.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Programa Nacional de Capacitação de Gestores Ambientais: Licenciamento Ambiental**. Brasília – DF. 2009.

NASCIMENTO, Marcelo de Maio. VIRGÍNIO, Markus Voltaire. LOPES, Luzivaldo Reis. **A implantação da A3P na Univasf-PE**. Revista Eletrônica em Gestão, Educação e Tecnologia Ambiental. REGET. v. 19, n. 2, p. 493-501. 2015.

OLIVEIRA, L. B.; MARCHI, C. M. D. F.; REGO, F. F. A. **Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) como instrumento de gestão de inservíveis em escola pública estadual de Salvador, Bahia.** Revista Monografias Ambientais, Santa Maria, RS, v. 17, p. 1-9, 2018.

PEGUIM, C. N. **Estado, desenvolvimento sustentável e governança no Brasil: políticas públicas para energia e água pós Rio-92.** Esboços: histórias em contextos globais, Florianópolis, v. 27, n. 44, p. 78-93, 2020.

POMBO, F. R.; MAGRINI, **A Panorama de aplicação da norma ISO 14001 no Brasil.** Revista Gestão & Produção. v.15, n.1, jan.-abr., 2008.

RAUPP, F. M.; BEUREN, I. M. **Metodologia de pesquisa aplicável às ciências sociais.** In: Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática. 3a ed., pp. 117-144. São Paulo: Atlas. 2009.

REIGOTA, M. **O que é educação ambiental.** São Paulo: Brasiliense, 2006.

VALENTE, M. A. L. **Marco legal das licitações e compras sustentáveis na Administração Pública.** Consultoria Legislativa. Brasília: Biblioteca da Câmara dos Deputados. 2011.

VIEIRA, M. C. S.; MEDEIROS, L. G. **Estudo de caso sobre a adesão de uma instituição de ensino superior a agenda ambiental na administração pública (A3P).** Revista Tecnologia e Sociedade, Curitiba, v. 16, n. 45, p. 272-283, out./dez., 2020.

WCED, Special Working Session. **World commission on environment and development.** Our common future, v. 17, n. 1, p. 1-91, 1987.

APÊNDICE A

QUESTIONÁRIO SOBRE AGENDA AMBIENTAL NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. O presente questionário tem como objetivo avaliar as práticas da Agenda Ambiental na Administração Pública, desenvolvidas no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá, campus Laranjal do Jari .

Eixo 1 – Uso racional dos recursos naturais e bens públicos.

1. O IFAP desenvolve alguma ação de monitoramento/redução do consumo de papel?

Sim Não Não sei Não se aplica

2. O IFAP desenvolve alguma ação de monitoramento/redução do consumo de energia?

Sim Não Não sei Não se aplica

3. O IFAP desenvolve alguma ação de monitoramento/redução do consumo de água?

Sim Não Não sei Não se aplica

4. O IFAP desenvolve alguma ação de monitoramento/redução do consumo de copos de plástico (descartáveis)?

Sim Não Não sei Não se aplica

Eixo 2 – Gestão adequada dos resíduos gerados

5. O IFAP desenvolve a separação de resíduos sólidos recicláveis?

Sim Não Não sei Não se aplica

6. É dada a destinação devida aos resíduos perigosos? Ex : Lâmpadas, cartuchos, pilhas, toners. etc

Sim Não Não sei Não se aplica

7. O IFAP realiza a compostagem de resíduos orgânicos ?

Sim Não Não sei Não se aplica

8. O IFAP promove a prática de incentivo a política dos 5R's (Reduzir, Reutilizar, Reciclar, Repensar e Recusar) ?

Sim Não Não sei Não se aplica

9. O campus, possui uma horta ?

Sim Não Não sei Não se aplica

Eixo 3 – Qualidade de vida no ambiente de trabalho

10. O IFAP promove e incentiva atividades de interação entre o local de trabalho e a qualidade de vida?

Sim Não Não sei Não se aplica

11. Você acredita que as práticas ambientais realizadas do órgão influenciam na satisfação de desempenhar suas atividades na instituição?

Sim Não Não sei Não se aplica

12. Você tem satisfação pessoal em desempenhar sua profissão no instituto?

Sim Não Não sei Não se aplica

13. O IFAP promove a capacitação de alunos, professores, funcionários e pais dos alunos, sobre as questões ambientais?

Sim Não Não sei Não se aplica

14. No IFAP tem rampas de acesso ou elevador para portadores de necessidades especiais?

Eixo 4 – Sensibilização e Capacitação dos Servidores

15. O IFAP incentiva o desenvolvimento e capacitação de seus servidores sobre responsabilidade socioambiental no trabalho?

Sim Não Não sei Não se aplica

16. O IFAP desenvolve ações de sensibilização e capacitação com os servidores terceirizado?

Sim Não Não sei Não se aplica

17. O IFAP desenvolve ações de sensibilização e capacitação com os Servidores docentes?

Sim Não Não sei Não se aplica

18. O IFAP promove a educação ambiental ao corpo discente?

Sim Não Não sei Não se aplica

19. O campus desenvolve ações de sensibilização da comunidade no entorno da escola no que abrange a conservação, recuperação e melhoria do meio ambiente?

Sim Não Não sei Não se aplica

20. O IFAP produz e divulga material educativo voltado à preservação e conservação do meio ambiente?

Sim Não Não sei Não se aplica

Eixo 5 – Licitações Sustentáveis

21. É dada a preferência para produtos fabricados por fontes não poluidoras, bem como materiais que não prejudiquem a natureza?

Sim Não Não sei Não se aplica

22. Como critério avaliativo, é observado a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras?

Sim Não Não sei Não se aplica

23. É dada prioridade para aquisição de produtos que colaboram para menor consumo de água e energia (lâmpadas econômicas, torneiras automáticas.)?

Sim Não Não sei Não se aplica

24. O IFAP adquire produtos reciclados?

Sim Não Não sei Não se aplica

25. É observada a qualidade e durabilidade dos produtos adquiridos?

Sim Não Não sei Não se aplica

26. Existe preferência para aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento?

Sim Não Não sei Não se aplica

27. Na aquisição de equipamentos eletroeletrônicos, são observados os critérios estabelecidos na Resolução CONAMA 20 (1994), que instituiu o selo ruído?

Sim Não Não sei Não se aplica

28. Nos editais é exigido que a empresa forneça treinamento a seus empregados?

Sim Não Não sei Não se aplica

29. O IFAP fornece aos empregados os equipamentos de segurança necessários a atividade?

Sim Não Não sei Não se aplica

30. O IFAP faz uso de fonte alternativa de energia renovável?

Sim Não Não sei Não se aplica

31. Como você classifica as praticas socioambientais desenvolvidas no IFAP?

Excelente Bom Regular Ruim

32. Alguma proposta de atividade socioambiental que o IFAP pode realizar, desenvolver ou melhorar no campus?